

LEI Nº. 5464/2001

Autor: Vereador Mário Hossokawa.

Institui o Dia do Bota-Fora.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Dia do Bota-Fora, com a finalidade de propiciar à população o descarte, no período das 08 às 10 horas, na faixa do passeio público correspondente, de móveis, eletroeletrônicos e demais utensílios domésticos em desuso ou danificados, com possibilidade de recuperação, bem como calçados, vestuários, brinquedos, colchões e sobras de materiais de construção reaproveitáveis.

§ 1º. A coleta dos objetos previstos no caput, por terceiros interessados, deverá ocorrer entre 10 e 12 horas.

§ 2º. Decorrido o horário previsto no parágrafo anterior, os objetos não apanhados serão recolhidos pela Municipalidade e entregues no Centro de Referência da Família, para destinação a pessoas carentes ou posterior descarte.

§ 3º. Só poderão ser depositados no passeio público os objetos que, não sendo apanhados por terceiros, possam ser recolhidos manualmente, sem o auxílio de equipamentos, e transportados em veículos de carga da Municipalidade.

§ 4º. Os objetos a serem descartados deverão ser dispostos no passeio público de forma a não impedir ou dificultar o trânsito de pedestres.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, a cidade será dividida em regiões, que serão contempladas pelo benefício desta Lei duas vezes ao ano, preferencialmente aos sábados, conforme calendário definido em regulamento.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta Lei, bem assim a promover campanha publicitária e distribuição de folhetos informativos para esclarecimento público sobre o conteúdo desta Lei.

Art. 4º. Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), utilizando para a sua



ESTADO DO PARANÁ

cobertura recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme definido no artigo 43, § 1º, da Lei nº. 4.320/64.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de sessenta dias, contado da publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. As disposições em contrário ficam revogadas.

Paço Municipal, 04 de setembro de 2001.


José Claudio Reheira Neto
Prefeito Municipal

Reginaldo Benedito Dias
Chefe de Gabinete